

Livro nº. 8
Folha 28




MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO

QUADRIÉNIO 2017/2021

Ata da Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2018

Ata da sessão da Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2018

----- Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a quarta sessão ordinária do ano de dois mil e dezoito da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro;-----**
- 2. Análise para conhecimento de proposta sobre reconhecimento de prescrição de dívidas – Lei dos Serviços Públicos;-----**
- 3. Análise e deliberação sobre “Relocalização de Infraestrutura de suporte a estação de Radiocomunicações da Vodafone – Carvalheira”;-----**
- 4. Análise e votação de proposta para efeitos de designação do corresponde júri de recrutamento de procedimento concursal de recrutamento e seleção com vista ao provimento de titulares de cargo de direção intermédia de 2.º grau;-----**
- 5. Análise e votação do Regulamento de Ocupação de Espaços Públicos para Instalação de Equipamentos de Diversão e Comércio Durante as Festas Concelhias de Terras de Bouro;-----**
- 6. Análise e votação de alteração ao Regulamento da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Terras de Bouro e Tabela de Taxas - Despacho de Início ao Procedimento e Participação Procedimental – Parcómetros;-----**
- 7. Análise e votação de alteração do Regulamento de Exploração e Utilização do Centro Náutico de Rio Caldo;-----**
- 8. Análise e votação de Autorização de Contratação de Empréstimo;-----**
- 9. Análise e votação da terceira revisão às Grande Opções do Plano para dois mil e dezoito;-----**
- 10. Relatório semestral da sociedade de revisores oficiais de contas - Primeiro semestre de dois mil e dezoito;-----**
- 11. Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Ismael Martins de Almeida, ex-Vereador da Câmara Municipal de Terras de Bouro;-----**
- 12. Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Maria Barroso, ex-Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês e ex-membro da Assembleia Municipal de Terras de Bouro. -----**

----- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro secretário e o senhor Nuno Roupas o lugar de segundo secretário.-----

----- Esteve presente nesta reunião a representar a Câmara Municipal, o senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tibo. Estiveram também presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e nove, tendo-se verificado as seguintes falta justificadas: da senhora Deputada Municipal Maria Alice de Sá e Sousa substituída, nos termos da Lei, pelo senhor Deputado António Pereira Lages, da senhora Deputada Municipal Sandra Marisa Oliveira Vilar, substituída nos termos da Lei, pela senhora Deputada Adélia Maria Soares Leite e ainda do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondoriz, substituído, nos termos da Lei, pela Senhora La Salete Martins e do senhor Presidente da União de Freguesias de Cibões e Brufe, substituído, nos termos da Lei pelo Senhor José Maria de Araújo Martins. -----

----- Comprovada a existência de "Quórum", o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão e solicitou às respectivas bancadas que, logo que possível, façam chegar à Mesa a indicação oficial do líder ou representante de cada uma. Logo depois, deu a palavra ao Primeiro Secretário para prestar informações sobre a correspondência recebida por esta Assembleia, começando por referir as faltas as justificadas dos senhores deputados supra referidos e colocado a mesma documentação à disposição para eventual consulta. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior, cuja leitura foi dispensada por unanimidade e que mereceu duas intervenções: da senhora Deputada Eduarda Pereira e do senhor Deputado Filipe Pires. -----

----- A senhora Deputada Eduarda Pereira assumiu então a palavra para solicitar uma correcção no terceiro parágrafo da décima página, relativamente à intenção de voto mencionada e que, segundo a senhora deputada, terá que fazer alusão ao facto e cita-se "devido a este ponto não constar na ordem de trabalhos como ponto deliberativo, à semelhança do que aconteceu em outras reuniões da Assembleia Municipal em que vieram documentos com o mesmo género de conteúdo para análise da Assembleia Municipal e estes nunca foram colocadas à votação", fim de citação. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal assumiu que tal reparo constará da versão final da ata da assembleia municipal de vinte e nove de junho. -----

----- Ainda sobre o mesmo documento, interveio o senhor Deputado Filipe Pires para reafirmar o seu desconhecimento pela referência que é feita em seu nome, relativamente a uma despesa efetuada pelo Município com a realização do Trilho das Bruxas, situação que desconhece e de como essa e outras despesas só eram autorizadas pelo então Presidente da Câmara em exercício. O senhor deputado pretende assim que o seu nome não seja associado a esta situação. -----

----- Relativamente a esta intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para informar o senhor Deputado Filipe Pires que o momento em causa diz respeito a uma intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal e não do senhor deputado e só o primeiro poderá requerer essa alteração em relação ao que está escrito. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou então da palavra para dizer que a sua declaração ficará em ata tal como já está, pois, sublinhou, até os senhores vereadores da oposição poderão confirmar a situação em causa, já que a mesma foi apresentada em reunião de câmara e pode fazer chegar o respectivo correio electrónico com a informação detalhada ao senhor deputado Filipe Pires, se este o assim pretender. -----

----- Logo de seguida, apresentada à votação, a ata de vinte e nove de junho foi aprovada por unanimidade. -----

----- Ainda no período inicial da sessão, o senhor Deputado Alexandre Pereira, da CDU, apresentou à Mesa um pedido de inserção na ordem de Trabalhos de uma “Moção sobre a Deliberação de Transferência de competências para as Autarquias Locais” e explicou de seguida o motivo de tal apresentação, afirmando que esta medida comporta uma série de despesas sem saber o que se vai pagar. É, no fundo, aceitar sem saber o quê, afirmando o senhor deputado que se trata de uma “espécie de cheque em branco” com consequências negativas para as populações.-----

----- De seguida se transcreve a referida Moção e que será apensa à respectiva documentação desta sessão:-----

Deliberação
sobre
Transferência de competências

1. A Lei das Finanças Locais (Lei nº 73/2013) alterada pela Lei nº 51/2018 e a Lei da transferência de competências para as autarquias, Lei nº 50/2018, aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações.

Não pode deixar de ser considerado, aliás, o conjunto de riscos associados à legislação agora em vigor que, no acto de promulgação, o Presidente da República referenciou:

- a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central;
- o inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado;
- a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais;
- a exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência mediata no rigor das finanças públicas;
- o afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas.

Por si só, o público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e erradas opções adoptadas na Lei.

Acresce que, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local.

2. A lei considera transferidas todas as competências, prevendo que os termos concretos da transferência em cada área resultará de Decreto-Lei a aprovar pelo Conselho de Ministros – ou seja, um verdadeiro “cheque em branco” ao Governo para legislar em matéria da competência originária da Assembleia da República.

Porém, estabelece que essa transferência se possa fazer de forma gradual e confere às autarquias a faculdade de optarem por adiar o exercício das novas competências por deliberação das suas assembleias, comunicando a sua opção à DGAL nos seguintes termos:

- Até 15 de Setembro de 2018, as autarquias que não pretendam a transferência em 2019;
- Até 30 de Junho de 2019, as autarquias que não pretendam a transferência em 2020.

A partir de 1 de Janeiro de 2021 a Lei considera transferidas todas as competências.

3. A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, as condições e as suas implicações (só descortináveis com a publicação de cada um dos Decretos-Lei) deviam ter conduzido a que, responsabilmente e na defesa dos interesses quer da autarquia quer da população, se rejeitasse a assumpção a partir de 1 de Janeiro de 2019, das novas competências que por diploma sectorial aprovados pelo Governo venham a entrar em vigor.

A decisão desta Assembleia no sentido de não levar em linha de conta o que consagra a Lei 50/2018 (a única em vigor), clara e imperativamente, sobre o processo de transferência de competências e as condições para o seu exercício, expôs a autarquia a decisões que podem lesar os interesses do município e das populações.

Na verdade as interpretações que o ministério da Administração Interna foi produzindo, sem fundamento jurídico, por vezes contraditórias entre si e, em si mesmas, concebidas como factor de pressão e chantagem sobre os órgãos autárquicos, mais não visaram do que levar as autarquias à inacção e colocando-as em situação próxima da aceitação tácita de novas responsabilidades e maiores encargos.

Atendendo aos considerandos referidos a Assembleia Municipal de Terras de Bouro reunida a 29 de Setembro de 2018 delibera:

1. Rejeitar a assumpção de competências que venham a ser transferidas por via dos decretos-lei sectoriais que o Governo tem em elaboração;

2. Reclamar:

- o início de um processo sério de descentralização inseparável da consideração da criação das regiões administrativas;
- a reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações;

- o encetar de um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia, requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que são hoje as atribuições do poder local e as competências dos seus órgãos;

- a identificação no domínio da transferência de novas competências, das que se adequam ao nível municipal, não comprometem direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o actual processo institucionaliza.-----

CDU/Terras de Bouro-----

29/09/2018-----

----- Colocada logo depois à votação a inclusão da Moção apresentada pelo senhor deputado Alexandre Pereira, a mesma adição foi aprovada por unanimidade e, assim sendo, passou a constar da Ordem de Trabalhos como sendo o décimo terceiro ponto da mesma. -----

----- Iniciado o período de antes da Ordem do Dia, inscreveram-se para usar da palavra os seguintes deputados municipais: Isménia Loureiro, Manuel Joaquim Sousa, Vítor Fernandes, Elisa Lameira, Eduarda Pereira, Adriana Martins, António Pires de Oliveira e Alexandre Pereira.

----- Assumiu então a palavra a senhora Deputada Isménia Loureiro segundo intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra:-----

----- Cumprimento o Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Exmº Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Secretários da Mesa, os Senhores Vereadores, bem como os Membros do Gabinete de Apoio à Presidência, as Senhoras e os Senhores Deputados, os Chefes de Divisão, a Comunicação Social e os Municípes Presentes.-----

----- A minha intervenção tem enfoque em dois aspetos fundamentais.-----

----- O primeiro prende-se com a congratulação que temos realmente que apresentar ao município pela implementação dos pinos na freguesia de Vilar da Veiga, que impediram estacionamento abusivos durante a época de maior afluência de turistas. Foi de facto uma resposta célere e de baixo custo, que a nosso ver revelou excelentes resultados. Também a reabertura da tesouraria da Segurança Social representa uma mais-valia para o nosso concelho. Sabemos que houve tentativas em anos anteriores, no entanto, foi o atual executivo que levou esta ação a concretizar-se. Ainda a realçar a deslocalização da feira quinzenal para o centro da vila, onde outrora já estive, que se revelou muito positiva, sendo muito bem aceite pelos feirantes, pelos clientes e particularmente pelos residentes. -----

----- O segundo aspeto está relacionado com questões que gostaríamos de ver respondidas, se possível. Pretendemos esclarecimentos sobre um assunto que aqui já foi debatido em Assembleia anterior, datada de vinte e três de fevereiro, relativamente à rede pública de abastecimento de água, quais as freguesias que foram efetivamente intervencionadas neste

âmbito e que feedback obteve por parte quer dos funcionários que as estas intervenções procederam quer da população, visto que já decorreu o verão.-----

----- Um outro ponto está relacionado com a recolha dos resíduos sólidos, vulgar lixo. Foram tomadas algumas medidas. Que balanço tem para nos apresentar após o verão? -----

----- Terceira e última questão: no que concerne à limpeza dos caminhos que procedimentos e/ou informações nos pode facultar?-----

----- Fim da transcrição e consequente intervenção da senhora Deputada Isménia Loureiro. ----

----- Sobre a intervenção da senhora deputada Isménia Loureiro, o senhor Deputado Vítor Fernandes solicitou à Mesa que, se fosse possível, gostaria de ouvir novamente a abordagem da senhora deputada sobre a reabertura dos serviços da tesouraria da Segurança Social em Terras de Bouro. A Mesa anuiu ao pedido e a senhora deputada releu a mesma passagem, assunto que seria, entretanto, abordado pelo senhor Deputado Vítor Fernandes na sua intervenção neste período.-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu então a palavra ao senhor Deputado Manuel Joaquim Sousa conforme intervenção que de seguida se transcreve:-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----

Senhor Presidente da Câmara,-----

Caros colegas Deputados Municipais,-----

Caros cidadãos,-----

----- Na sequência do encerramento da agência da Caixa de Crédito Agrícola, na Vila do Gerês, e tendo o Senhor Presidente da Câmara informado que estaria em negociações ou que haveria proposta para outros bancos ocuparem o espaço, gostaríamos de saber qual o ponto de situação de tais negociações. Além disso, tendo também referido a transferência dos CTT, da Vila do Gerês, para um espaço no Centro de Animação Termal, qual o ponto de situação sobre a mesma? O combate às Invasoras Lenhosas, que na nossa região são as acácias, também conhecidas por mimosas, representa para a Serra do Gerês uma necessidade urgente, pelos danos que tal espécie representa no ecossistema, pondo em risco outras espécies, as nossas reservas de água, a dificuldade que representam no combate a incêndios e a beleza natural da nossa serra. Esta invasora foi utilizada no início do século passado para rapidamente arborizar a serra e suportar os solos após um incêndio. Tratou-se, na altura, de uma solução rápida, mas sem avaliar as consequências a longo prazo. Para agravar a situação os incêndios da década de 80 foram também os impulsionadores do alastramento desta invasora. Sabemos bem que o combate não é tarefa de execução fácil, pela a área que atualmente ocupa, devido à resistência da invasora e a sua rápida regeneração, além das inúmeras sementes que produz e que podem permanecer, durante vários séculos, no solo, até existirem condições que permitam despoletar o seu rebentamento. Esta introdução serve para sensibilizar e solicitar ao executivo municipal a necessidade de pensar a longo prazo, ou seja, preparar uma nova fase deste projeto, para lançar novas candidaturas, que possam ser apresentadas, em tempo útil, para quando terminar o atual projeto que foi celebrado, pelo período de três anos. Sabemos, por

experiências de anteriores projetos executados no combate desta invasora, que três anos é insuficiente para termos resultados positivos a longo prazo. Além disso, se no terceiro ano do atual projeto está prevista a arborização com espécies autóctones, as mimosas irão tornar inviável o crescimento de novas espécies, dada a sua rapidez de crescimento, comparativamente ao pinheiro, ao carvalho ou medronheiro. Temos de pensar algo a longo prazo ou estaremos simplesmente a desperdiçar dinheiro. Acredito que no nosso país existam especialistas que permitam fundamentar a necessidade de um projeto contínuo até à eliminação completa da invasora. Dada a especificidade dos trabalhos no abate e controlo químico, assim como posterior arborização, gostaríamos de saber a quem caberá a responsabilidade do controlo na execução dos trabalhos, fiscalização das quantidades de químicos a serem utilizados e locais onde serão aplicados, de forma a evitar qualquer tipo de contaminação de lençóis de água, pois não basta apenas o cuidado de afastar a aplicação química 10 metros das linhas de água. O controlo químico levanta-nos preocupação e leva-nos a questionar qual o produto químico que será utilizado? Tememos que o controlo seja efetuado com o recurso ao Glifosato, pois foi o mesmo que foi utilizado no passado neste combate e aquele que permite resultados mais imediatos, ao contrário de outras técnicas utilizadas, que são mais naturais, sem consequências para a saúde pública, mas claramente com efeitos mais demorados. Preocupa-nos a possível utilização de glifosato tendo em conta os estudos cada vez mais conclusivos que provam os perigos de tal substância, classificada pela Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro da Organização Mundial da Saúde, em março de dois mil e quinze, como potencialmente cancerígeno para o ser humano e proibido em Portugal na utilização em espaços públicos. Tendo em conta que se trata de um projeto de grande impacto ambiental e até na saúde pública, está prevista algum tipo de sensibilização da população para os cuidados a ter, tendo em conta as consequências que um combate químico implicam na qualidade das águas, sobretudo de captações particulares que normalmente não têm qualquer controlo. Louvamos o projeto de combate às invasoras, que chega com muitos anos de atraso, porém, é importante estarmos conscientes dos riscos de algumas técnicas utilizadas. -----

----- Fim da intervenção e consequente transcrição da intervenção do senhor Deputado Manuel Sousa. -----

----- Seguidamente assumiu então a palavra o senhor Deputado Vítor Fernandes dirigindo, desde logo, cumprimentos a todos os presentes e sobre a reabertura dos serviços da Tesouraria da Segurança Social em Terras de Bouro afirmou que depois do Governo de Pedro Passos Coelho ter definido o encerramento destes serviços, no período dois mil e onze, dois mil e catorze, foi agora o Governo do PS, em dois mil e dezoito, que resolveu proceder à sua reabertura. Ora, sendo certo de que o Município aderiu a esta iniciativa, não tem lógica dizer que foi a câmara municipal que levou a que os serviços reabrissem, frisou o senhor Deputado

Vítor Fernandes. O senhor deputado questionou ainda o senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre se as sessões se irão realizar sempre ao sábado a partir de agora. -----

----- Sobre esta mesma intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal assumiu logo depois a palavra para dizer que relativamente aos serviços da Tesouraria da Segurança Social lhe parece que o mais importante é que estejam efectivamente a funcionar e no que diz respeito à realização da sessão no dia de hoje, tal se ficou a dever ao seu impedimento pessoal no dia anterior, sexta-feira. Assim sendo, é uma situação pontual, mantendo-se a realização da assembleia municipal às sextas-feiras, como é norma, finalizou neste período o senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

----- Após estas primeiras intervenções, iniciou-se o primeiro período de respostas e esclarecimentos por parte do Senhor Presidente da Câmara, não sem antes dirigir uma saudação extensiva a todos os presentes. ----- Sobre a intervenção da senhora Deputada Isménia Loureiro, o Senhor Presidente afirmou que para além do que já se fez, muito há ainda para fazer. A questão do ordenamento do estacionamento com os respectivos pinos em Rio Caldo foi uma opção concertada com a GNR e poderá existir, no futuro, uma possibilidade para um parque de estacionamento. Quanto à Tesouraria da Segurança Social e depois das observações já hoje aqui feitas, inclusive pelo senhor Deputado Vítor Fernandes, o Senhor Presidente disse que há uma parceria, é um facto, mas também é verdade que nem todas reabriram ao mesmo tempo e em todo o lado, sublinhando o trabalho do Município para que tal acontecesse depois de várias reuniões que manteve com os responsáveis da Segurança Social. A feira quinzenal no centro da vila de Terras de Bouro e os óptimos resultados que daí advêm, tratou-se de uma medida deste Executivo e deste Presidente da Câmara Municipal, frisou o Senhor Presidente que não deixou de realçar a importância que esta mudança trouxe à sede do concelho em termos de economia local e funcionalidade. Relativamente à água é muito importante que existam condições para investimentos nesta área. Se temos água em Terras de Bouro, ela não pode faltar. Há, inclusive, uma campanha simultânea para a sua utilização racional assim como um plano de sensibilização para a recolha do lixo e sim, é certo que as faturas destes serviços públicos vão aumentar em função dos serviços disponibilizados. As pessoas não podem exigir qualidade e condições se não as querem pagar, assim como o acesso a fundos comunitários se torna mais facilitado para investimentos nesta área, se respeitarmos os compromissos e cumprirmos os requisitos, sublinhou o Senhor Presidente. Por último e ainda sobre a intervenção da senhora Deputada Isménia Loureiro, relativamente à limpeza dos caminhos, está a ser efetuada dentro das limitações de pessoal e máquinas, mas vai continuar, aproveitando o Senhor Presidente a ocasião para agradecer também às juntas de freguesia o seu trabalho neste assunto.-----

----- Continuando a sua intervenção mas agora sobre as questões do senhor Deputado Manuel Sousa, o Senhor Presidente respondeu que estão ser efetuados vários contactos com entidades bancárias, nomeadamente, esta semana decorreu um com o Montepio, estando agora o Município a aguardar a devida resposta. O que está também a ser equacionado, em

colaboração com a AEVH – Associação Empresarial do Vale do Homem, é a instalação de terminais da Rede ATM Express, depois dos contactos que foram realizados com a SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, que se mostrou receptiva e está a analisar a sua viabilidade. Sobre os CTT na vila do Gerês, o Município assumirá os seus compromissos com a renda até outubro de 2019 e depois disso acontecerá uma mudança em Novembro de 2019, possivelmente para o edifício do Centro de Animação. Já no que diz respeito ao combate às Invasoras Lenhosas, foram os Baldios de Vilar da Veiga que apresentaram a candidatura e agora que já há verba para avançar foi adjudicada a empreitada de execução da mesma à empresa José Firmino da Silva Ferreira, Lda”. Sobre o mesmo assunto, o Senhor Presidente esclareceu ainda que irá decorrer uma campanha de sensibilização relativamente aos químicos e que o ICNF está a acompanhar a situação para controle e aplicação dos mesmos. -----

----- Seguidamente assumiu a palavra a senhor Deputada Elisa Antunes que depois dos cumprimentos dirigidos à Mesa e a todos os presentes colocou as seguintes questões e cita-se: “Uma vez que existe tanta preocupação com a construção da ETAR na freguesia de Souto e tendo em conta todos os esforços realizados pelo senhor Presidente da Câmara em evitar a construção desta ETAR nesta freguesia, gostaríamos que nos informasse qual o ponto da situação? Aproveitamos para solicitar de igual modo qual o ponto da situação da rede alta de saneamento do Vilar da Veiga, Rio Caldo e Valdosedo.” Obrigada, Elisa Antunes.” Fim de citação e da intervenção da senhora Deputada Elisa Antunes. -----

----- Logo depois assumiu a palavra a senhora Deputada Eduarda Pereira segundo intervenção que se transcreve na íntegra:-----

Boa-noite,-----

Ex.mos Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa da Assembleia,-

Exmo Sr. Presidente do Município de Terras de Bouro, -----

Ex.mos Srs.Vereadores-----

Exmos Srs. Membros da Assembleia Municipal-----

Ex.mos Srs. Membros de Comunicação Social-----

Ex.mos Srs. do Público e Cidadãos presentes-----

-Em primeiro lugar cumprimento todos os referidos e todos os presentes nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, passando de seguida a colocar algumas questões e solicitar alguns esclarecimentos ao Sr. Presidente do Município:-----

1.ETARSOUTO--Revestindo este assunto um carácter importante para a população e de resolução prioritária e tendo sido já discutido por nós nas duas anteriores reuniões ordinárias da Assembleia Municipal, solicitava que nos informasse qual o ponto de situação deste dossiê, quais as novidades e ações tomadas pelo Executivo e Entidades envolvidas para alterar o curso dos acontecimentos e se já houve resultados ou alguma alteração face à situação inicia--

2.Redes de Abastecimento de Água – Casos de Contaminação da Água Pública.-----

Já na passada reunião ordinária desta assembleia em 23.02.2018 falei neste assunto, nomeadamente referi que “nos últimos tempos temos assistido à degradação da nossa rede de abastecimento de água, com várias freguesias com problemas de falta de água e vários casos de contaminação na água para abastecimento da rede pública.” Este Verão, além terem persistido problemas de falhas no abastecimento de água, também parecem ter surgido novos casos de contaminação da água da rede pública. Gostaria que nos confirmasse esta informação de surgimento de novos casos de contaminação de água, e se sim, quais e o que esteve na origem do problema, mais especificamente sobre os casos de que se falaram nas freguesias de Balança e Souto. Solicito-lhe também informação sobre a periodicidade de realização das análises à água e se estas são tornadas públicas ou apenas controladas pelo Município? E mais uma vez falo-lhe na necessidade de efetuar um profundo diagnóstico dos problemas da nossa rede de abastecimento de água e solicito-lhe que o Município tome medidas urgentes para resolver as situações que têm surgido nesta área. Por último Sr. Presidente, gostaria de lhe perguntar se temos que nos preocupar com a qualidade da água da rede de abastecimento pública em Terras de Bouro?-----3.Inspeção do IGAMAOT (Inspeção – Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território) -----

Solicitava informação sobre os processos levantados pelo IGAMAOT, se foram efetivamente 22 e se efetivamente a maior parte já está resolvido? Também já nos tinha informado que a Polícia Judiciária tinha estado na Câmara de Terras de Bouro no seguimento de processos levantados por inspeção do IGAMAOT, o jornal Amarense de 01 Agosto de 2018 refere que são cinco os casos por resolver e que seguiram para a via judicial e sobre os quais terá incidido a referida investigação. Solicitava informação se efetivamente são 5 e quais são, assim como ponto de situação desses processos ou, se possível, sobre o porquê da investigação da polícia judiciária e se houveram novos desenvolvimentos nestes casos? -----

Fim da transcrição e consequente intervenção da senhora Deputada Eduarda Pereira. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu à senhora Deputada Adriana Martins segundo intervenção que se transcreve aqui na íntegra: -----

----- "Boa noite a todos,-- -Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa da Assembleia, cumprimento o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Membros de Assembleia Municipal, Srs. Presidentes de Junta, Membros de Comunicação Social e o Público aqui presente.-----

----- Nesta sessão da Assembleia Municipal gostaria de deixar uma palavra de agradecimento à Câmara Municipal, enquanto jovem e residente do concelho, pelo sucesso das festas concelhias deste ano. Junto de amigos e colegas pude verificar a satisfação e avaliação positiva que foi dada às festas concelhias pela diversidade do programa apresentado. Foi notório o cuidado em envolver nas festividades todas as faixas etárias, tendo-se verificado uma grande adesão dos munícipes às festas concelhias como já não se via há alguns anos. Enalteço a preocupação da organização em criar condições para que os jovens pudessem continuar com o seu divertimento pela noite dentro, tendo sido criado o espaço Jovem, uma iniciativa que teve

uma forte adesão e foi um sucesso junto dos jovens do município.-----

Como participante do mesmo, não posso deixar de destacar o sucesso do Cortejo Etnográfico. Realizado pelas associações e juntas de freguesia do concelho, permitiu reviver e recriar as tradições e costumes, mantendo-se assim viva a identidade cultural das freguesias. Foi um dos pontos altos das festas concelhias que, apesar das altas temperaturas, ali foi vivido um grande momento de alegria, convívio e partilha da cultura do nosso concelho.-----

Um muito obrigado.” Fim da transcrição e consequente intervenção da senhora Deputada Adriana Martins.-----

----- Após estas intervenções, iniciou-se o segundo período de respostas e esclarecimentos por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Assim sendo e à intervenção da senhora Deputada Elisa Lameira, o Senhor Presidente respondeu que o processo da ETAR de Souto foi herdado do Executivo anterior com projecto definido e concluído. Este Executivo reuniu com os técnicos municipais, as juntas de freguesia envolvidas e com as Águas do Norte, situação que nunca existiu anteriormente e tudo está a ser feito, dentro do possível, para encontrar outro local. A empresa Águas do Norte não avança para já com a obra, mas temos que encontrar outro local, sendo ponto assente que os resíduos de Terras de Bouro têm que ser tratados em Terras de Bouro. Claro que se existisse intermunicipalidade neste processo seria melhor e, na realidade, o ponto atual da situação é que há uma possibilidade que está a ser analisada pelos técnicos responsáveis. Mais informou o Senhor Presidente que a Junta de Freguesia de Souto está totalmente a par da situação atual. Quanto à situação do saneamento no Vale do Cávado, há um projeto das Águas do Norte para aquela área, tendo-se realizado uma reunião com os Presidentes das Juntas de Freguesia de Rio Caldo, Vilar da Veiga e Valdosende para estudar a localização da nova ETAR. Há a possibilidade de se deslocar a estrutura para Vieira do Minho, mais concretamente para S. João da Cova, mas a Câmara Municipal de Vieira do Minho quererá contrapartidas, sendo esta ainda uma situação a analisar. A verdade, continuou o Senhor Presidente, é que a empresa Águas do Norte tem até dois mil e vinte e um para realizar investimentos em Terras de Bouro. Inicialmente, Valdosende estava excluída deste projeto, mas agora já existe uma resolução também para esta freguesia, avançou o Senhor Presidente. Relativamente à questão da água, está a ser efetuado um levantamento de todas as captações e em estudo novas ETAR'S, estruturas que terão quer ser financiadas e para isso os serviços irão aumentar de preço. As pessoas não podem querer e ter água, saneamento e recolha de resíduos de qualidade e não pagar para isso, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Sobre a intervenção da senhora Deputada Eduarda Pereira, o Senhor Presidente respondeu que relativamente à água contaminada em Souto, as análises foram efetuadas pela Unidade de Saúde Pública. Na verdade, as captações estão em más condições e havia até aqui, falta de limpeza, situações que estão a ser resolvidas para garantir a qualidade da água,

louvando o Senhor Presidente o trabalho que tem vindo a ser efetuado pela responsável municipal desta área, Eng^a Liliana Azevedo. No que diz respeito à inspecção do IGAMAOT são dezassete casos e não vinte e dois. É um facto que a Polícia Judiciária esteve na câmara municipal e não devolveu os processos. Os técnicos municipais foram prestar declarações e aguardamos agora os desenvolvimentos, já que sobre os restantes cinco processos não tem, o Senhor Presidente, qualquer conhecimento.-----

----- À intervenção da senhora Deputada Adriana Martins, o Senhor Presidente registou e agradeceu a intervenção da senhora deputada. -----

----- Depois assumiu a palavra o senhor Deputado António Pires de Oliveira para questionar o estado da estrada da Mata da Albergaria e intenção sobre esta via, para além da situação das portagens que este ano, pelo que se viu durante o verão, não funcionaram. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor Deputado Alexandre Pereira que depois dos cumprimentos iniciais, felicitou, igualmente, o senhor Presidente da Câmara Municipal por ter sido recentemente pai de duas crianças. Seguidamente, o senhor deputado aludiu à realização das sessões nas juntas de freguesia sobre a revisão do PDM, pois até aqui nunca ninguém foi ouvido e de como é algo ingrato apresentar situações praticamente consumadas pelos técnicos, já que se torna difícil enfrentar estes "gigantes" que são as instituições que regulam o território nacional. Ainda assim, solicita-se às pessoas que apresentem pedidos de viabilidade de construção, até à data limite, mas seria melhor que o POAC e o Plano do PNPG fossem também incluídos nesta revisão, sublinhou o senhor Deputado Alexandre Pereira.-----

----- Seguiu-se novo período de respostas do senhor Presidente da Câmara Municipal com iniciais agradecimentos ao senhor Deputado Alexandre Pereira pelas felicitações endereçadas e já sobre as sessões da revisão do PDM nas juntas de freguesia, o Senhor Presidente sublinhou que nunca a câmara municipal o tinha feito anteriormente e que foi assim estabelecido com o senhor Eng.º Jerónimo Correia. Neste momento a empresa Geotributo, que está a realizar o processo de revisão, está também presente nas sessões e há a intenção de incluir o POAC no PDM, mas as regras do POAC mantêm-se inalteradas dentro do próprio PDM. Este procedimento necessário de revisão pretende criar possibilidades eventuais para que empresas que se queiram instalar em Terras de Bouro, tenham alguma possibilidade de o fazer, além dos interesses dos particulares, daí se acelerar este processamento que, a partir de 2020, será ainda mais restritivo, informou o senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

- No que diz respeito às declarações do senhor Deputado António Pires de Oliveira, o senhor Presidente da Câmara disse ser o processo das portagens lamentável por parte do Instituto de Conservação Nacional das Florestas (ICNF), pois estamos a falar de uma valor aproximado de setenta mil euros, que também não ficava em Terras de Bouro e que, aparentemente, ficou sem efeito, pela opção de inexistência de portagens este ano. Numa reunião com o Dr. Armando Loureiro, responsável da instituição, foi sugerido que o Município ficaria com as portagens por três ou quatro anos, mas nem resposta foi dada e o caos este ano foi total, sublinhou o Senhor Presidente. Pretende-se, que para o próximo ano, exista uma nova

situação relativamente às portagens. No que diz respeito à estrada da Mata da Albergaria e depois da visita ao concelho da senhora Secretária de Estado do Ordenamento do Território a vinte e nove de julho último, ficou decidido que acontecerá uma intervenção dividida em duas fases com um investimento total de cerca de quinhentos e dois mil euros com empedramento da via, criação de bolsas de estacionamento e nova e melhorada sinalética. O ideal, sublinhou o Senhor Presidente, seria que para a próxima época estival tudo estivesse resolvido, já que ainda este ano se procurará lançar o concurso público. -----

----- Seguiu-se o período destinado à intervenção do público presente, não tendo, no entanto, nenhum dos presentes solicitado a palavra e, assim sendo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu os trabalhos por dez minutos para um breve intervalo. -----

----- Teve início depois o período da Ordem de Trabalhos, que foram os seguintes, depois da introdução já realizada na sessão de hoje: -----

1. **Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro;**-----
2. **Análise para conhecimento de proposta sobre reconhecimento de prescrição de dívidas – Lei dos Serviços Públicos;**-----
3. **Análise e deliberação sobre “Relocalização de Infraestrutura de suporte a estação de Radiocomunicações da Vodafone – Carvalheira”;**-----
4. **Análise e votação de proposta para efeitos de designação do corresponde júri de recrutamento de procedimento concursal de recrutamento e seleção com vista ao provimento de titulares de cargo de direção intermédia de 2.º grau;**-----
5. **Análise e votação do Regulamento de Ocupação de Espaços Públicos para Instalação de Equipamentos de Diversão e Comércio Durante as Festas Concelhias de Terras de Bouro;**-----
6. **Análise e votação de alteração ao Regulamento da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Terras de Bouro e Tabela de Taxas - Despacho de Início ao Procedimento e Participação Procedimental – Parcómetros;**-----
7. **Análise e votação de alteração do Regulamento de Exploração e Utilização do Centro Náutico de Rio Caldo;**-----
8. **Análise e votação de Autorização de Contratação de Empréstimo;**-----
9. **Análise e votação da terceira revisão às Grande Opções do Plano para dois mil e dezoito;**-----
10. **Relatório semestral da sociedade de revisores oficiais de contas - 1.º semestre de dois mil e dezoito;**-----

11. Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Ismael Martins de Almeida, ex-Vereador da Câmara Municipal de Terras de Bouro;-----

12. Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Maria Barroso, ex-Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês e ex-membro da Assembleia Municipal de Terras de Bouro. -----

13. Apresentação e votação de Moção de Censura, proposta pela CDU, sobre a deliberação de transferência de competências para as autarquias.-----

----- Neste período inicial da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o primeiro ponto da ordem de trabalhos e o senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou o valor da receita cobrada em operações orçamentais até ao dia vinte e um de setembro que era de seis milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta euros e cinquenta e três cêntimos e sobre o valor da despesa, também em operações orçamentais, o valor era de cinco milhões, novecentos e vinte e três mil, oitocentos e quarenta e três euros e cinquenta e quatro cêntimos. Continuado, o senhor Presidente da Câmara Municipal destacou a visita da senhora Secretária de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, Dr.^a Célia Ramos, a Terras de Bouro no dia nove de julho e onde, para além do posterior périplo pelo concelho, foram escalpelizados diversos assuntos importantes na sequência da Resolução do Conselho de Ministros número oitenta e três de dois mil e dezasseis e no que concerne ao Projeto Quatro, nomeadamente: o Ordenamento e sustentabilidade da Zona de Proteção Total da Mata de Albergaria (Área de Intervenção Específica da «Mata do Gerês» de acordo com o previsto no POPNPG); a gestão e ordenamento da visitação massiva sazonal; a promoção de transportes alternativos e fruição do espaço natural; a promoção e a adoção de uma conduta responsável de visitação; a intervenção nos caminhos da Mata de Albergaria e identificação/sinalização da mata; a beneficiação do caminho florestal entre Leonte e a Portela do Homem, a implementação de bolsas de estacionamento na periferia da Mata de Albergaria, a requalificação da zona envolvente à Portela do Homem e a melhoria da rede viária entre Leonte e a Portela. Foi de igual modo tratada a situação da Praia do Alqueirão, onde, por parte da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, foi manifestada a total disponibilidade para, conjuntamente com as entidades responsáveis, encontrar soluções e financiamento para a requalificação da Praia de Alqueirão. O Senhor Presidente informou ainda sobre: o apoio dado na aquisição de uma viatura à Associação Terras do Gerês – Associação de Pequenos Frutos, com o objetivo de apoiar e incrementar o desenvolvimento da economia local, as obras de requalificação e adaptação da Escola Básica de Rio Caldo e, de igual forma, a requalificação e a adaptação da Escola Básica do Gerês. Relativamente ao Torneio Concelhio de Futsal – edição de 2018, cujo vencedor foi a ADRC de Terras de Bouro, o Senhor Presidente registou a elevada participação e agradeceu a organização deste importante evento desportivo ao Grupo Desportivo de Valdosende, numa parceria com o Município de Terras de Bouro. Continuando, sublinhou a importância evidente do retorno da actividade da embarcação

turística “Rio Caldo e também o relevo da assinatura do contrato de “Controlo de Invasoras Lenhosas na Freguesia de Vilar da Veiga”. O sucesso das Festas Concelhias de Terras de Bouro, que atraíram milhares de pessoas ao concelho durante os cinco dias festivos para assistirem ao grandioso programa que a autarquia preparou para os residentes e todos aqueles que se deslocaram ao nosso território, foi destacado pelo Senhor Presidente, que aludiu ainda à realização do brilhante Cortejo Etnográfico de Terras de Bouro, com especiais agradecimentos a todas as entidades envolvidas, assim como aos funcionários municipais. Tudo, sublinhou, com custos inferiores aos de dois mil e dezassete. Logo depois, referiu-se ao apoio da Câmara Municipal de Terras de Bouro à associação empresarial Gerês Viver Turismo para a efetivação da programação cultural de verão, de 13 de Julho a 16 de Setembro, com a realização de mais de duas dezenas de eventos no Gerês, sendo todos de acesso gratuito, para turistas e população local. Tal como em anos anteriores, a diversidade de expressões artísticas foi notória, sendo uma das interessantes características do conjunto de eventos. Ainda neste período, o Senhor Presidente informou sobre a realização da cerimónia de assinatura do Tratado de Limites de Fronteira entre Terras de Bouro, Lóbios, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, que, respectivamente, procederam ao reconhecimento dos limites fronteiriços, através da assinatura da correspondente ata de confirmação. Este Tratado de Limites de Fronteira, que data de vinte e nove de setembro de mil, oitocentos e sessenta e quatro, é desde então comprovado e assinado, anualmente, numa cerimónia realizada em cada um dos concelhos, este ano em Lóbios, alternadamente e que representa a continuidade de uma simbiose de interesses sobre os quais deve assentar uma forte estratégia de defesa de objetivos comuns aos referidos territórios, salientou o senhor Presidente da Câmara Municipal. Assuntos ainda abordados pelo Senhor Presidente neste ponto foram: o Apoio na Aquisição dos Manuais Escolares Gratuitos, nomeadamente, no 10º ano, com um investimento de cerca de seis mil e duzentos euros; a inauguração dos dois Espaços Cidadão; a preparação do Dia 20 de outubro, Feriado Municipal, com a pretensão de se realizar a Homenagem Póstuma ao Senhor Dr. José António de Araújo; um agradecimento ao senhor Padre Albino Meireles que deixou Terras de Bouro e uma palavra de boas-vindas ao senhor Padre Leonel Cunha. No que diz respeito à atividade das divisões municipais o Senhor Presidente mencionou a emissão de documentos (licenças de construção, de utilização e certidões) elaborados neste período pela DPU, as obras em fase de projeto com pedidos de pareceres e as obras em curso na DOMAS, a actividade cultural, social e desportiva da DTECD e ainda o processamento administrativo da UAGF.-----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar e ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, ninguém usou da palavra. -----

----- Continuando a sessão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o segundo ponto da ordem de trabalhos e o senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou e

explicou a fundamentação legal para a apresentação e conhecimento da proposta sobre reconhecimento de prescrição de dívidas – Lei dos Serviços Públicos.----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar e ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, assumiu a palavra a senhora Deputada Adélia Leite da bancada do Movimento Independente "Terras de Bouro é o Nosso Partido" segundo intervenção que, de seguida, se transcreve: Boa noite: Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa da Assembleia, os Srs. Vereadores, os Srs. Membros da Assembleia Municipal. Cumprimento também o público e membros da comunicação social presentes. Neste ponto da ordem de trabalhos gostaria de obter esclarecimento junto do Sr. Presidente de Câmara sobre a tabela de informação nº 3243/2018, nomeadamente sobre o que quer dizer "Data último" pois constato já existir documentos com data do poder executivo vigente e se os documentos aí referidos se tratam de faturas. Constatto também que existem clientes/contribuintes/utentes que têm 12, 28 documentos em atraso. A que meses se referem esses documentos? Gostaria ainda de questionar de quantos documentos ou faturas são necessários para que seja despoletado o mecanismo de cobrança dos mesmos por parte dos serviços camarários. Em quase todas as Assembleias Municipais foram referidos documentos/faturas que prescreveram. Aqui, hoje, estamos a discutir mais 575,69€ de valores prescritos. Acho que são somas que seriam de evitar por partes dos serviços camarários. Fim da transcrição e intervenção da senhora Deputada Adélia Leite. -----

Logo a seguir o senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para dizer que os documentos enviados dizem respeito ao direito que as pessoas têm em pedir a prescrição e se tal não acontecer parte-se para uma situação de execução fiscal. -----

----- Tendo em vista uma explicação técnica interveio também nesta fase o Chefe da UAGF do Município, Dr. Paulo Antunes que prestou à senhora Deputada Adélia Leite os devidos esclarecimentos. -----

----- A senhora Deputada Adélia Leite voltou a intervir para afirmar que se devia fazer um aviso de corte de serviços. -----

----- Ao que o Senhor Presidente de pronto respondeu que tal já se faz com pré-aviso de corte e consequente reactivação de serviço, se requerida e em que terá que se pagar cerca de quarenta euros para a mesma.-----

----- Posteriormente foi declarado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal o conhecimento da proposta sobre reconhecimento de prescrição de dívidas – Lei dos Serviços Públicos;-----

----- A sessão prosseguiu com o senhor Presidente da Assembleia Municipal a introduzir o terceiro ponto da ordem de trabalhos e o senhor Presidente da Câmara Municipal a apresentar as razões invocadas pela Vodafone Portugal para ficar isenta do pagamento de taxas neste processo, já que o mesmo pedido foi desencadeado pelo Município, tendo em vista a "Relocalização de Infraestrutura de suporte a estação de Radiocomunicações da Vodafone" em

Carvalheira.-----

----- Aberto o período para intervenções assumiu a palavra o senhor Deputado Manuel Sousa para dizer que, relativamente a este ponto, apresentará um sentido de voto diferente dos restantes elementos do grupo de Terras de Bouro O Nosso Partido, ou seja, irá abster-se, dadas as razões profissionais que o ligam à empresa de telecomunicações visada neste ponto e que poderiam representar algum tipo de conflito de interesses.-----

----- Assim sendo, imediatamente o terceiro ponto da ordem de trabalhos foi colocado à votação e aprovado por maioria com a abstenção dos senhores Deputados Manuel Sousa e Vítor Fernandes.-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu logo depois o quarto ponto da ordem de trabalhos e o senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou também a apresentação a fundamentação e necessidade legal do mesmo.-----

----- Sem intervenções requeridas o quarto ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade.-----

----- Continuando, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu seguidamente o quinto ponto da ordem de trabalhos e o senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou a informação do Gabinete Jurídico do Município, no seguimento do despacho de início de procedimento legal proferido pela senhora Vereadora Dr.^a Ana Genoveva Araújo, tendo em vista estabelecer o “Regulamento de Ocupação de Espaços Públicos para Instalação de Equipamentos de Diversão e Comércio Durante as Festas Concelhias de Terras de Bouro”. -----

----- Também sem intervenções requeridas o quinto ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade.-----

----- Dando seguimento à sessão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o sexto ponto da ordem de trabalhos e o senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou a informação do Gabinete Jurídico do Município, no seguimento do despacho de início de procedimento legal proferido pela senhora Vereadora Dr.^a Ana Genoveva Araújo, tendo em vista a “alteração ao Regulamento da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Terras de Bouro e Tabela de Taxas - Despacho de Início ao Procedimento e Participação Procedimental – Parcómetros”.-----

----- Aberto o período de intervenções, pediu a palavra o senhor Deputado Filipe Pires para questionar o facto de se passar a partir de agora a pagar durante todo o ano o estacionamento na Vila do Gerês, assim como apresentar o facto de que para além da Fiscalização Municipal, também a GNR ter competência para autuar nestas situações.----- Também sobre esta situação interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga para sublinhar a eventual penalização que os residentes possam vir a sofrer com esta alteração, referindo-se também à acção da GNR e de como sendo a Vila do Gerês uma localidade sazonal, deveria ser diferente no que toca ao estacionamento pago.----- Ainda sobre este ponto, o senhor

Presidente da Câmara Municipal interveio para dizer que na sede do concelho o estacionamento pago funciona de igual forma todo o ano e no Gerês era, até aqui, de maio a outubro, pretendendo-se com esta alteração que fique doravante igual nas duas localidades.----

----- Findo este período, o sexto ponto foi colocado à votação e aprovado por maioria, com os votos contra dos senhores Deputados Filipe Pires, Guilherme Alves e António Lages e ainda a abstenção do senhor Deputado Vítor Fernandes e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga.-----

----- Já no sétimo ponto e após a introdução habitual pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente explicou a necessidade da alteração em causa tendo em vista a optimização dos serviços do Centro Náutico de Rio Caldo.-----

----- Sem qualquer intervenção requerida o sétimo ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade.-----

----- Posteriormente e já sobre o ponto oitavo da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Câmara Municipal procedeu a uma apresentação dos projectos em causa e objectivo de financiamento, sublinhando a intervenção do Bairro da EDP em Paradela, em Valdosende, com projeto em curso e onde, reiterou, com financiamento europeu ou dos bancos nacionais, o mesmo será requalificado como já devia ter acontecido, assumindo esse compromisso pessoal.-----

----- Sobre esta última intervenção e sobre este ponto, pediu a palavra o senhor Deputado Guilherme Alves para sublinhar a justiça feita ao Bairro da EDP em Paradela, agradecendo e subscrevendo as palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal. A população de Valdosende já merecia esta e outras intervenções, deixando uma vez mais, um obrigado ao Senhor Presidente. -----

----- Ainda sobre este ponto interveio também o senhor Deputado Filipe Pires para mostrar o seu agrado pelas obras em Vilar da Veiga, dando os parabéns ao atual Presidente da Câmara Municipal, sublinhando, no entanto, que há obras que poderiam ter sido feitas em dois mil e dezassete e não foram, reconhecendo isso nesta sessão. Referiu-se ainda à importância do combate às invasoras e questionou se o Pavilhão de Rio Caldo terá alguma intervenção ou não.-----

----- O Senhor Presidente reassumiu a palavra para agradecer as palavras de reconhecimento proferidas pelos senhores Deputados Guilherme Alves e Filipe Pires e já quanto à questão colocada pelo senhor Deputado Filipe Pires sobre o Pavilhão de Rio Caldo, este sofrerá uma intervenção para pintura, resolução de infiltrações e criação de uma porta de emergência.-----

----- Nesta sua intervenção, o Senhor Presidente referiu ainda: a intervenção no Centro Escolar de Moimenta e no Jardim de Infância de Carvalheira em colaboração com a respetiva junta de freguesia; anunciou as obras projectadas para a estrada da Ermida, realçando, uma vez mais, a intenção real de realizar as obras a que se propõe ou com financiamento comunitário ou recorrendo à capacidade de endividamento do Município.-----

----- Logo a seguir, o oitavo ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade.-----

----- A sessão prosseguiu com a introdução pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal do nono ponto da ordem de trabalhos.-----

----- O Senhor Presidente retomou a palavra para dizer que esta terceira revisão às Grande Opções do Plano para dois mil e dezoito se fica a dever à criação de uma rubrica financeira com inserção de um reforço de uma verba de vinte e sete mil, duzentos e vinte e um euros proveniente da DGEST-Direção - Geral dos Estabelecimentos Escolares.-----

----- Imediatamente colocada à votação e sem mais intervenções, foi deliberado aprovar, por unanimidade a supra revisão.-----

----- Posteriormente, o décimo ponto, "Relatório semestral da sociedade de revisores oficiais de contas - 1.º semestre de 2018" e já depois da introdução habitual foi alvo de uma explicação por parte do Chefe da UAGF do Município, Dr. Paulo Antunes, sendo que, sem intervenções, foi deliberado tomar conhecimento do mesmo.-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou logo depois à apresentação do décimo primeiro ponto, "Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Ismael Martins de Almeida, ex-Vereador da Câmara Municipal de Terras de Bouro".----- Sobre este ponto, o senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para sublinhar o papel cívico e social que o Senhor Ismael Almeida teve ao longo da sua vida em Terras de Bouro, nomeadamente, como Vereador da Câmara Municipal de Terras de Bouro.-----

----- Logo aprovado por unanimidade, o supra Voto de Pesar, foi assim consignado na sessão o respectivo Minuto de Silêncio. -----

Posteriormente foi também apresentado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal o décimo segundo ponto, Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Maria Barroso, ex-Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês e ex-membro da Assembleia Municipal de Terras de Bouro.-----

----- Também sobre este ponto, o senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu a palavra para realçar as características de pessoa vigorosa e frontal na defesa das suas convicções que foi o Senhor José Maria Barroso, além de ser um importante embaixador do Partido Socialista em Terras de Bouro e nesta assembleia municipal, sendo sem dúvida uma perda para o concelho.-----

----- Logo também aprovado por unanimidade, o supra Voto de Pesar, foi assim consignado na sessão o respectivo Minuto de Silêncio. -----

----- Por último, entrou-se na discussão e consideração para votação do décimo terceiro ponto, "Moção de Censura, apresentada pela CDU, sobre a deliberação de transferência de competências para as autarquias", documento que já consta desta ata e que foi objeto de leitura pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

----- Aberto o período de inscrições, em primeiro lugar assumiu a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal que sobre este assunto afirmou estar a transferência de competências

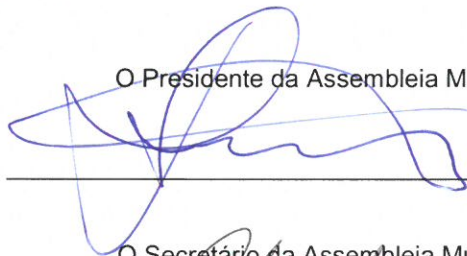
para as autarquias mais virada para as grandes autarquias, não estando as autarquias de menores dimensões preparadas para este diploma. Veja-se, por exemplo, na área da Saúde, onde as infraestruturas trazem muitas e onerosas responsabilidades, assim como na Educação, manifestando o Senhor Presidente a sua posição contrária ao assumir destas obrigações com despesas acrescidas e esta política de encerramento precoce de serviços públicos. Mais sublinhou o Senhor Presidente que a ANMP (Associação Nacional de Municípios) é que devia tomar uma posição sobre esta matéria. -----

----- Ainda sobre o mesmo assunto, interveio também o senhor Deputado Guilherme Alves para dizer que, realmente, concorda com o facto de os municípios de menor dimensão sofrerem com as directrizes deste diploma de transferência de competências para as autarquias.-----

----- Finalmente foi deliberado aprovar, por maioria, o décimo terceiro ponto, com o voto de abstenção dos senhores Deputados do Partido Socialista, Filipe Pires, Guilherme Alves e António Lages e ainda o voto contra do senhor Deputado Vítor Fernandes, também do Partido Socialista.-----

----- Sendo vinte e três horas e cinquenta minutos nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal desejou as maiores felicidades a todos, dando por encerrada a presente sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



O Secretário da Assembleia Municipal



